



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SEXTA CÂMARA

Processo nº. : 13680.000090/99-55
Recurso nº. : 121.309
Matéria: : IRPF - EX.: 1998
Recorrente : MAURÍCIO REZENDE LACERDA
Recorrida : DRJ em BELO HORIZONTE - MG
Sessão de : 13 DE ABRIL DE 2000
Acórdão nº. : 106-11.247

MULTA POR ATRASO NA ENTREGA DA DECLARACÃO DE RENDIMENTOS - IRPF- A PARTIR DE JANEIRO DE 1995, com a entrada em vigor da Lei nº 8.981/95, à apresentação da declaração de rendimentos fora do prazo fixado, ainda que dela não resulte imposto devido, sujeitará a pessoa física a multa mínima de 200 UFIR.

Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por MAURÍCIO REZENDE LACERDA.

ACORDAM os Membros da Sexta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por maioria de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado. Vencidos os Conselheiros Wilfrido Augusto Marques e Rosani Romano Rosa de Jesus Cardozo.

DIMAS RODRIGUES DE OLIVEIRA
PRESIDENTE

SUELI EFIGÊNIA MENDES DE BRITTO
RELATORA

FORMALIZADO EM: 17 MAI 2000

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros LUIZ FERNANDO OLIVEIRA DE MORAES, THAISA JANSEN PEREIRA e ROMEU BUENO DE CAMARGO Ausente, justificadamente, o Conselheiro RICARDO BAPTISTA CARNEIRO LEÃO.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº. : 13680.000090/99-55
Acórdão nº. : 106-11.247

Recurso nº. : 121.309
Recorrente : MAURÍCIO RESENDE LACERDA

R E L A T Ó R I O

MAURÍCIO RESENDE LACERDA, já qualificado nos autos, apresenta recurso objetivando a reforma da decisão do Delegado da Receita Federal de Julgamento em Belo Horizonte.

Nos termos do Auto de Infração de fls. 02 contra do contribuinte exige-se multa por atraso na entrega da declaração de rendimentos -IRPF, exercício de 1998, no valor de R\$ 165.74.

O enquadramento legal indicado: artigo 30 da Lei n. 9249/95, art. 88 da Lei nº 8.981/95, IN - SRF nº 62/96, IN - SRF nº 91/97, IN - SRF nº 25/97 e art. 27 da Lei 9.532/97.

Inconformado, apresentou a impugnação de fls.01, alegando, em resumo:

- que agiu de boa-fé entregando a declaração antes de qualquer procedimento fiscal e de forma espontânea;
- esta situação, por si só, tendo por base a interpretação do art. 138 do CTN e entendimento do Conselho de Contribuintes, é motivo para que seja extinta a punibilidade;

A autoridade julgadora “a quo” manteve o lançamento em decisão de fls.11/13, assim ementada:

“MULTA POR ATRASO NA ENTREGA DA DECLARAÇÃO. Nos casos de apresentação de declaração de rendimentos fora do prazo fixado

**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE**

Processo nº. : 13680.000090/99-55
Acórdão nº. : 106-11.247

que não resulte imposto devido, aplica-se a multa prevista no art. 4º, §§ 1º e 2º da IN SRF nº 90, de 24/12/1997, não cabendo a aplicação do art. 138 da Lei 5.172-CTN"

Cientificado em 12/11/99 (AR de fls. 17), dentro do prazo legal, apresentou o recurso anexado às fls. 18, reiterando as razões apresentadas em sua impugnação.

À fl. 19 foi anexado comprovante do depósito administrativo exigido pela Medida Provisória nº 1.621/97.

É o Relatório.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº. : 13680.000090/99-55
Acórdão nº. : 106-11.247

V O T O

Conselheira SUELI EFIGÊNIA MENDES DE BRITTO, Relatora

O recurso é tempestivo, dele tomo conhecimento.

A matéria discutida nos autos é por demais conhecida pelos membros desta Câmara, trata-se da aplicação da multa pelo atraso na entrega da Declaração de Ajuste Anual exercício 1998, ano calendário 1997.

Apresentar a declaração de rendimentos é uma obrigação para aqueles que se enquadram nos parâmetros legais e deve ser realizada no prazo fixado pela lei.

Por ser uma "obrigação de fazer", necessariamente, tem que ter prazo certo para seu cumprimento e, se for o caso, por seu desrespeito, uma penalidade pecuniária.

A causa da multa está no atraso do cumprimento da obrigação, não na entrega da declaração que tanto pode ser espontânea como por intimação, em qualquer dos dois casos a **infração ao dispositivo legal já aconteceu e cabível é, tanto num quanto noutro, a cobrança da multa.**

O recorrente estava obrigado a apresentar a Declaração de Ajuste Anual do exercício em pauta, como cumpriu esta obrigação além do prazo fixado, foi notificado a pagar a multa prevista na Lei nº 8.981, de 20/01/95, que assim preleciona:



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº. : 13680.000090/99-55
Acórdão nº. : 106-11.247

Art. 88. A falta de apresentação da declaração de rendimentos ou a sua apresentação fora do prazo fixado, sujeitará à pessoa física ou jurídica:

I – à multa de mora de um por cento ao mês ou fração sobre o imposto de renda devido, ainda que integralmente pago;

II – à multa de duzentas UFIR a oito mil UFIR, no caso de declaração de que não resulte imposto devido.

§ 1º. O valor mínimo a ser aplicado será:

a) de duzentas UFIR, para as pessoas físicas;

b) de quinhentas UFIR, para as pessoas jurídicas.

Quanto à aplicação do art. 138 do C.T.N, registro que, embora a Câmara Superior de Recursos Fiscais no Acórdão CSRF/01-02.369/98, tenha se manifestado no sentido de acatar o benefício da denúncia espontânea na espécie aqui discutida, este entendimento não é unânime nas diversas Câmaras deste Conselho e, tampouco, na esfera judicial, como se depreende da decisão tomada pelos senhores Ministros da Primeira Turma do Tribunal de Justiça, assim ementada :

"TRIBUTÁRIO. DENÚNCIA ESPONTÂNEA. ENTREGA COM ATRASO DE DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA.

1. *A entidade denúncia espontânea não alberga a prática de ato puramente formal do contribuinte de entregar, com atraso, a declaração do imposto de renda.*
2. *As responsabilidades acessórias autônomas, sem qualquer vínculo direto com a existência do fato gerador do tributo, não estão alcançadas pelo art. 138, do CTN.*
3. *Há de se acolher a incidência do art. 88, da Lei nº 8.981/95, por não entrar em conflito com o art. 138, do CTN. Os referidos dispositivos tratam de entidades jurídicas diferentes.*
4. *Recurso Provido" (Recurso Especial nº 190388/GO, Relator Exmo. Sr. Ministro José Delgado).*

SGB

OK

**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº. : 13680.000090/99-55
Acórdão nº. : 106-11.247

Dessa forma **Voto** por negar provimento ao recurso.

Sala das Sessões - DF, em 13 de abril de 2000


SUELI EFIGÊNIA MENDES DE BRITTO